



P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata
Consolidado
Demonstrações Financeiras 2023

Índice

1. Balanço Consolidado
2. Demonstração dos Resultados Consolidados por Naturezas
3. Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
5. Anexo

1. Balanço Consolidado

Partido Social Democrata



Balanço Consolidado do Partido em 31 de dezembro de 2023
(Montantes expressos em euro)

Rubricas	Notas	2023	2022
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	30 476 763	31 166 119
Ativos intangíveis	6	61 274	62 099
Outros Ativos financeiros	8	12 626	11 329
Doadores/Filiados/Estruturas Partidárias			
Ativo corrente:			
Adiantamentos a fornecedores	7	5 015	5 057
Doadores/Filiados	7	617 471	243 329
Outras contas a receber	7, 14	159 843	113 797
Outras contas a receber - Legislativas 2015	7	-	-
Outras contas a receber - AL21	7	-	-
Outras contas a receber - Legislativas 2019	7	-	-
Outras contas a receber - Legislativas 2021	7	-	-
Outras contas a receber - ALRAM 2024	7	382	-
Diferimentos	8	118 914	173 181
Outros Ativos correntes		-	-
Caixa e depósitos bancários - Gestão Corrente	7	2 296 629	2 937 085
Total do Ativo		33 748 916	34 711 995
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	9	3 694 611	3 978 928
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	28 384 965	28 331 507
Resultado líquido do período - Gestão Corrente	9	(751 292)	(302 130)
Resultado líquido do período - Europeias 2014	9	(800)	(800)
Resultado líquido do período - Intercalares 2014	9	(2 160)	(2 160)
Resultado líquido do período - Intercalares 2015	9	(312)	(312)
Resultado líquido do período - Legislativas 2015	9	(115 999)	(115 999)
Resultado líquido do período - Intercalares 2016	9	(11 226)	(11 226)
Resultado líquido do período - Regionais 2016	9	(40 446)	(40 446)
Resultado líquido do período - Autárquicas 2017	9	(1 894 433)	(1 894 433)
Resultado líquido do período - Legislativas 2019	9	(2 519)	(2 519)
Resultado líquido do período - Intercalares 2019	9	(5 045)	(5 045)
Resultado líquido do período - Intercalares 2020	9	(285)	(285)
Resultado líquido do período - Autárquicas 2021	9	(173 533)	(173 533)
Resultado líquido do período - Legislativas 2022	9	(4 358)	-
Resultado líquido do período - Intercalares 2023	9	(1 202)	-
Total do fundo de capital		29 075 965	29 761 548
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	12	718 084	1 108 012
Passivo corrente:			
Fornecedores - Gestão Corrente	12	1 802 719	1 472 315
Fornecedores - AL05	12	32 226	32 226
Fornecedores - AL09	12	88 684	89 375
Fornecedores - Legislativas 2011	12	1 618	1 618
Fornecedores - AL13	12	400 292	413 611
Fornecedores - Legislativas 2015	12	32 248	32 653
Fornecedores - Intercalares 2015	12	-	248
Fornecedores - Intercalares 2016	12	-	1 310
Fornecedores - AL17	12	421 485	538 244
Fornecedores - Legislativas 2019	12	-	1 382
Fornecedores - Intercalares 2019	12	30	1 433
Fornecedores - Intercalares 2020	12	-	315
Fornecedores - AL21	12	82 621	94 962
Fornecedores - Intercalares 2022	12	-	1 202
Fornecedores - Intercalares 2023	12	1 948	-
Estado e outros entes públicos	14	81 379	76 205
Doadores/Filiados/Estruturas Partidárias	13	1 782	9 138
Financiamentos obtidos	12	322 799	324 371
Outras contas a pagar	13	460 587	516 849
Outras contas a pagar - Fornecedores de Investimentos	13	223 308	233 818
Outras contas a pagar - AL13	13	1 141	1 161
Outras contas a pagar - AL21	13	-	-
Total passivo		4 672 950	4 950 448
Total dos fundos patrimoniais e passivo		33 748 916	34 711 995

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023

O Secretário-Geral

Hugo Soares

2. Demonstração dos Resultados Consolidados por Naturezas

Partido Social Democrata



Demonstração dos Resultados Consolidados por Naturezas do Partido em 31 de dezembro de 2023
(Montantes expressos em euro)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Quotas e Outras Contribuições de Filiados	15, 19	866 074	837 926
Contribuições de representantes eleitos	15, 19	28 197	27 704
Subvenção pública anual	10, 15	5 183 459	4 666 208
Subvenções regionais	10, 15	1 441 290	1 468 881
Donativos	15, 19	104 664	214 873
Angariações de fundos	15, 19	9 860	4 420
Fornecimentos e serviços externos	16	(4 232 693)	(3 783 153)
Gastos com o pessoal	17	(2 519 613)	(2 069 537)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	7	(72 450)	(236 655)
Outros rendimentos e ganhos	19	208 557	192 118
Outros gastos e perdas	20	(250 034)	(539 540)
Rendimentos de campanhas eleitorais		283 566	1 934 222
Subvenções de campanhas	19	271 913	1 930 306
Eleições Autárquicas	19	-	-
Eleições Legislativas	19	-	1 930 306
Eleições Europeias	19	-	-
Eleições Regionais	19	271 913	-
Angariações de fundos	19	733	1 931
Contribuições de partidos	19	690	-
Cedência de bens a título de empréstimo	19	10 230	1 985
Gastos com campanhas eleitorais		(402 762)	(1 971 660)
Eleições Autárquicas	20	-	-
Eleições Legislativas	20	-	(1 970 094)
Eleições Regionais	20	(399 112)	-
Eleições Autárquicas Locais Intercalares	20	(3 650)	(1 566)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		648 114	745 809
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 18	(1 336 763)	(987 349)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(688 649)	(241 540)
Juros e rendimentos similares suportados			
Da atividade Corrente	21	(62 643)	(60 590)
Resultado		(751 292)	(302 130)
Resultado da actividade corrente		(632 096)	(264 693)
Resultado de campanhas eleitorais:		(119 195)	(37 437)
Eleições Legislativas		-	(36 235)
Eleições Autárquicas		-	-
Eleições Regionais		(116 279)	-
Eleições Autárquicas Locais Intercalares		(2 917)	(1 202)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Secretário-Geral

Hugo Soares

3. Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

Partido Social Democrata



Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2023
(Montantes expressos em euro)

	Notas	Outros instrumentos de capital próprio	Outras variações patrimoniais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2023 (1 de janeiro de 2023)		-	28 331 508	-	1 732 172	(302 130)	29 761 549
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	9	-	-	-	12 252	-	12 252
Reavaliações	5, 9	-	53 458	-	-	-	53 458
Aplicação dos resultados	9	-	-	-	(302 130)	302 130	-
		-	28 384 965	-	1 442 296	-	29 827 259
Resultado líquido do período						(751 292)	(751 292)
Resultado integral						(751 292)	(751 292)
Posição no fim do período 2023 (31 de dezembro de 2023)		-	28 384 965	-	1 442 296	(751 292)	29 075 967

	Notas	Outros instrumentos de capital próprio	Outras variações patrimoniais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2022 (1 de janeiro de 2022)		-	19 399 411	-	1 334 333	18 775	20 752 519
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	9	-	(180)	-	379 063	-	378 883
Reavaliações	5, 9	- 0	8 932 277	-	-	-	8 932 277
Aplicação dos resultados	9	-	-	-	18 775	(18 775)	-
		-	28 331 508	-	1 732 172	-	30 063 679
Resultado líquido do período						(302 130)	(302 130)
Resultado integral						(302 130)	(302 130)
Posição no fim do período 2022 (31 de dezembro de 2022)		-	28 331 508	-	1 732 172	(302 130)	29 761 549

O anexo faz parte integrante desta demonstração em 31 de dezembro de 2023

O Secretário-Geral

Hugo Soares

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Partido Social Democrata



Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados (Método directo) em 31 de dezembro de 2023
(Montantes expressos em euro)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de quotas	397 991	480 092
Recebimento de Angariação de Fundos	4 345	4 420
Pagamentos a fornecedores	(3 560 873)	(3 449 900)
Pagamentos ao pessoal	(1 461 263)	(1 246 775)
	<u> </u>	<u> </u>
Caixa gerada pelas operações	(4 619 800)	(4 212 162)
Outros pagamentos/recebimentos	(1 709 479)	(2 335 659)
Subvenções (anuais e regionais)	6 360 748	6 893 810
	<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das atividades operacionais [1]	31 469	345 989
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(584 718)	(189 168)
Ativos Fixos Intangíveis	(1 119)	(20 955)
	<u> </u>	<u> </u>
	(585 837)	(210 122)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	5 000
	<u> </u>	<u> </u>
	-	5 000
	<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das atividades de investimento [2]	(585 837)	(205 122)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	249 000	1 744 872
Donativos	95 674	222 033
Contribuições de candidatos e representantes eleitos	270 447	27 704
	<u> </u>	<u> </u>
	615 120	1 994 609
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(640 731)	(2 078 140)
Juros e gastos similares	(60 477)	(60 641)
	<u> </u>	<u> </u>
	(701 208)	(2 138 781)
	<u> </u>	<u> </u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(86 088)	(144 172)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(640 456)	(3 305)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 937 085	2 940 390
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 296 629	2 937 085

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Secretário-Geral

Hugo Soares

5. Anexo

P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em euro)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata (“PSD” ou “Partido”), contribuinte fiscal n.º 500835012, tem a sua sede em Lisboa, sita na Rua de São Caetano, n.º 7. Foi fundado em 6 de maio de 1974, encontra-se legalizado desde 17 de janeiro de 1975 e inscrito a fls. 2.º do Livro de Registo de Partidos Políticos existente no Tribunal Constitucional e utiliza o código de atividade económica n.º 94920 – Atividades de Organizações Políticas.

No âmbito da consolidação contabilística, o PSD é constituído pelas seguintes estruturas:

- ✓ Estrutura Central ou Sede Nacional do PSD,
- ✓ Estruturas das Comissões Políticas Especiais (C.P.E.’s),
- ✓ Estruturas das Comissões Políticas Regionais (C.P.R.’s) e onde se incluem as respetivas Comissões Políticas de Secção e de Ilha (C.P.S.’s/C.P.I.’s),
- ✓ Estruturas das Comissões Políticas Distritais (C.P.D.’s) e onde se incluem as respetivas Comissões Políticas de Secção (C.P.S.’s),

O PSD encontra-se obrigado, nos termos do normativo legal em vigor, a apresentar demonstrações financeiras consolidadas, as quais devem incluir todas as suas estruturas descentralizadas de acordo com os seus Estatutos.

As estruturas descentralizadas do Partido têm, regulamentarmente, responsabilidade pelas suas demonstrações financeiras individuais, as quais, após aprovação pelos respetivos órgãos competentes, são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

A consolidação das estruturas descentralizadas efetuou-se pelo método de integração global. As relações e saldos entre as várias estruturas foram eliminadas no processo de consolidação. Contudo, cumpre referir que nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2023 eventuais situações que preconizam uma deficiente caracterização desta rotina são materialmente irrelevantes, não têm impacto sobre o património, sobre a situação financeira e sobre os resultados do conjunto das estruturas.

O P.S.D. entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações consolidadas do Partido, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e, normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos nas estruturas descentralizadas incluídas na consolidação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Sede Nacional do Partido e das estruturas descentralizadas.

As estruturas descentralizadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral.

Todas as transações e saldos entre várias estruturas no universo de consolidação, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, essencialmente constituídos por edifícios, diverso equipamento audiovisual, informático e de transporte, correspondem ao imobilizado da Sede Nacional do Partido acrescido do valor dos edifícios e das outras imobilizações corpóreas das de mais estruturas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, com exceção dos edifícios, para os quais, desde 2018 o Partido optou pelo justo valor através de avaliações por entidades externas idóneas. Tal processo teve nova reavaliação passados 4 anos (em 2022), considerando-se que a evolução do mercado imobiliário justifica este período.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios	50
Mobiliário	8 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento audiovisual	5 a 10
Equipamento de reprografia	5 a 7
Equipamento informático	3 a 6
Telemóveis	5
Equipamento e microfilmagem	6
Máquinas de escritório	5 a 8

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis do Partido com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões

de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Partido se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Militantes e outras dívidas de terceiros

Os saldos da rubrica militantes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem essencialmente empréstimos concedidos a estruturas descentralizadas são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações, no respetivo justo valor, registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Relativamente aos exercícios findos desde 2021 inclusive, não existem ativos e passivos financeiros mensurados “ao justo valor”.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Partido desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

O Partido desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Subsídios do Estado (subvenções estatais)

Os subsídios do Estado, na forma de subvenções estatais, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Partido irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Estado são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente das quotas pagas pelos militantes, donativos e angariações de fundos são reconhecidos desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Partido;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Partido e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.9 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Registo de ajustamentos associados ao pagamento de quotas pelos Doadores/Filiados

Em 2023, o ajustamento foi reforçado com base na previsão de quotas à cobrança que não serão liquidadas.

Para estas, calcularam-se as perdas por imparidade para as quotas emitidas em cada um dos anos classificadas como de cobrança duvidosa, conforme segue:

Quotas	Ajustamento
Mais de 6 e até 12 meses	25%
Mais de 12 e até 18 meses	50%
Mais de 18 e até 24 meses	75%
Mais de 24 meses	100%

(ii) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

As depreciações e amortizações são registadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos bens.

3.10 Provisões

As provisões são registadas quando o Partido tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

O Partido regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as estruturas descentralizadas e organismos autónomos do Partido eram os seguintes:

<u>Açores (Comissão Política Regional)</u>	<u>Aveiro (Comissão Política Distrital)</u>	<u>Bragança (Comissão Política Distrital)</u>
Angra do Heroísmo	Águeda	Alfândega da Fé
Calheta São Jorge	Albergaria-a-Velha	Bragança
Corvo	Anadia	Carrazeda de Ansiães
Santa Cruz da Graciosa	Arouca	Freixo de Espada à Cinta
Horta	Aveiro	Macedo de Cavaleiros
Lagoa (São Miguel)	Castelo de Paiva	Miranda do Douro
Lajes das Flores	Espinho	Mirandela
Lajes do Pico	Estarreja	Mogadouro
Madalena	Ílhavo	Torre de Moncorvo
Nordeste	Mealhada	Vila Flor
Ponta Delgada	Murtosa	Vimioso
Povoação	Oliveira de Azeméis	Vinhais
Praia da Vitória	Oliveira do Bairro	
Ribeira Grande	Ovar	
Santa Cruz das Flores	Santa Maria da Feira	
São Roque do Pico	São João da Madeira	
Velas	Sever do Vouga	
Vila Franca do Campo	Vagos	
Vila do Porto	Vale de Cambra	
<u>Beja (Comissão Política Distrital)</u>	<u>Braga (Comissão Política Distrital)</u>	<u>Castelo Branco (Comissão Política Distrital)</u>
Aljustrel	Amares	Belmonte
Almodôvar	Barcelos	Castelo Branco
Alvito	Braga	Covilhã
Barrancos	Cabeceiras de Basto	Fundão
Beja	Celorico de Basto	Idanha-a-Nova
Castro Verde	Esposende	Oleiros
Cuba	Fafe	Penamacor
Ferreira do Alentejo	Guimarães	Proença-a-Nova
Mértola	Póvoa de Lanhoso	Sertã
Moura	Terras de Bouro	Vila de Rei
Odemira	Vieira do Minho	Vila Velha de Ródão
Ourique	Famalicão	
Serpa	Vila Verde	
Vidigueira	Vizela	
<u>Coimbra (Comissão Política Distrital)</u>	<u>Évora (Comissão Política Distrital)</u>	<u>Faro (Comissão Política Distrital)</u>
Arganil	Alandroal	Albufeira
Cantanhede	Arraiolos	Alcoutim
Coimbra	Borba	Aljezur
Condeixa-a-Nova	Estremoz	Castro Marim
Figueira da Foz	Évora	Faro
Góis	Montemor-o-Novo	Lagoa
Lousã	Mora	Lagos
Mira	Mourão	Loulé
Miranda do Corvo	Portel	Monchique
Montemor-o-Velho	Redondo	Olhão
Oliveira do Hospital	Reguengos de Monsaraz	Portimão
Pampilhosa da Serra	Vendas Novas	São Brás de Alportel
Penacova	Viana do Alentejo	Silves
Penela	Vila Viçosa	Tavira
Soure		Vila do Bispo
Tábua		Vila Real de Santo António
Vila Nova de Poiares		

Guarda (Comissão Política Distrital)

Aguiar da Beira
Almeida
Celorico da Beira
Figueira Castelo Rodrigo
Fornos de Algodres
Gouveia
Guarda
Manteigas
Meda
Pinhel
Sabugal
Seia
Trancoso
Vila Nova de Foz Côa

Lisboa AM (Comissão Política Distrital)

Amadora
Azambuja
Cascais
Lisboa AM
Loures
Mafra
Odivelas
Oeiras
Sintra
Vila Franca de Xira

Lisboa AO (Comissão Política Distrital)

Alenquer
Arruda dos Vinhos
Cadaval
Lourinhã
Sobral de Monte Agraço
Torres Vedras

Madeira (Comissão Política Regional)

Calheta
Câmara de Lobos
Funchal
Machico
Ponta do Sol
Porto Moniz
Porto Santo
Ribeira Brava
Santa Cruz
Santana
São Vicente

Porto (Comissão Política Distrital)

Amarante
Baião
Felgueiras
Gondomar
Lousada
Maia
Marco de Canaveses
Matosinhos
Paços de Ferreira
Paredes
Penafiel
Porto
Póvoa do Varzim
Santo Tirso
Trofa
Valongo
Vila do Conde
Vila Nova de Gaia

Santarém (Comissão Política Distrital)

Abrantes
Alcanena
Almeirim
Alpiarça
Benavente
Cartaxo
Chamusca
Constância
Coruche
Entroncamento
Ferreira de Zêzere
Golegã
Mação
Rio Maior
Salvaterra de Magos
Santarém
Sardoal
Tomar
Torres Novas
Vila Nova da Barquinha
Ourém

Leiria (Comissão Política Distrital)

Alcobaça
Alvaiázere
Ansião
Batalha
Bombarral
Caldas da Rainha
Castanheira de Pêra
Figueiró dos Vinhos
Leiria
Marinha Grande
Nazaré
Óbidos
Pedrogão Grande
Peniche
Pombal
Porto de Mós

Vila Real (Comissão Política Distrital)

Alijó
Boticas
Chaves
Mesão Frio
Mondim de Basto
Montalegre
Murça
Peso da Régua
Ribeira da Pena
Sabrosa
Santa Marta de Penaguião
Valpaços
Vila Pouca de Aguiar
Vila Real

Setúbal (Comissão Política Distrital)

Alcácer do Sal
Alcochete
Almada
Barreiro
Grândola
Moita
Montijo
Palmela
Santiago do Cacém
Seixal
Sesimbra
Setúbal
Sines

Viana do Castelo (Comissão Política Distrital)

Arcos de Valdevez
Caminha
Melgaço
Monção
Paredes de Coura
Ponte da Barca
Ponte de Lima
Valença
Viana do Castelo
Vila Nova de Cerveira

Viseu (Comissão Política Distrital)

Armamar
Carregal do Sal
Castro D'aire
Cinfães
Lamego
Mangualde
Moimenta da Beira
Mortágua
Nelas
Oliveira de Frades
Penalva do Castelo
Penedono
Resende
Santa Comba Dão
São João da Pesqueira
São Pedro do Sul
Sátão
Sernancelhe
Tabuaço
Taruca
Tondela
Vila Nova de Paiva
Viseu
Vouzela

Portalegre (Comissão Política Distrital)

Alter do Chão
Arronches
Avis
Campo Maior
Castelo de Vide
Crato
Elvas
Fronteira
Gavião
Marvão
Monforte
Nisa
Ponte de Sor
Portalegre
Sousel

Trabalhadores Social Democratas (Comissão Política Especial)

TSD Aveiro
TSD Beja
TSD Bragança
TSD Castelo Branco
TSD Coimbra
TSD Évora
TSD Faro
TSD Guarda
TSD Leiria
TSD Lisboa AM
TSD Lisboa AO
TSD Portalegre
TSD Porto
TSD Santarém
TSD Setúbal
TSD Viana do Castelo
TSD Vila Real
TSD Viseu
TSD Açores
TSD Madeira

Juventude Social Democrata (Comissão Política Especial)Autarcas Social Democratas (Comissão Política Especial)

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No último biénio o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2023								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	7 677 619	27 688 483	1 212 567	296 050	1 291 419	1 476 680	4 539	39 647 357
Aquisições	97 495	304 890,19	49 452	89 582	6 869	6 535	124 380	679 204
Reavaliações	17 755	59 203	-	-	-	-	-	76 958
Transferências e abates	(37 872)	(121 817)	7 476	(36 133)	(16 814)	16 735	(8 585)	(197 010)
Saldo final	7 754 997	27 930 759	1 269 495	349 499	1 281 474	1 499 950,75	120 334	40 206 507
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	4 689 745	1 049 943	251 354	1 534 488	955 707	-	8 481 238
Amortizações do exercício	-	1 142 967	49 561,48	44 724	37 906	30 860	-	1 306 018
Transferências e abates	-	(21 108)	(135)	(36 133)	(9 722)	9 587	-	(57 511)
Saldo final	-	5 811 604	1 099 369	259 946	1 562 671,20	996 155	-	9 729 745
Ativos líquidos	7 754 997	22 119 155	170 125	89 553	(281 197)	503 796	120 334	30 476 762

2022								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	6 198 297	20 120 293	1 128 359	424 248	1 275 212	1 462 681	-	30 609 091
Aquisições	9 352	106 063	84 208	21 816	16 207	13 999	4 539	256 184
Reavaliações	1 547 141	7 385 135	-	-	-	-	-	8 932 277
Transferências e abates	(77 172)	76 991	-	(150 015)	-	-	-	(150 195)
Saldo final	7 677 619	27 688 483	1 212 567	296 049	1 291 419	1 476 681	4 539	39 647 357,35
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	3 946 700	996 735	375 915	1 446 692	926 050	-	7 692 092
Amortizações do exercício	-	741 232	53 208	25 454	87 798	29 614	-	937 306
Transferências e abates	-	1 813	-	(150 015)	(2)	43	-	(148 161)
Saldo final	-	4 689 745	1 049 943	251 354	1 534 488	955 707	-	8 481 237,64
Ativos líquidos	7 677 619	22 998 737	162 625	44 695	(243 068)	520 973	4 539	31 166 119

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as suas vidas úteis estimadas. As depreciações do exercício, no montante de € 1.306.018 (€ 937.306 em 2022), foram registadas integralmente na rubrica de gastos de depreciação e amortização.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

No último biénio o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2023					
	Licenças e contratos	Programas de Computador	Sítios Institucionais	Ativos Fixos Intangíveis em curso	Total
Ativos					
Saldo inicial	38 822	266 011	350 203	-	655 035
Aquisições	819	24 900	4 200	-	29 919
Saldo final	39 640	290 911	354 403	-	684 954
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	36 935	205 798	350 203	-	592 936
Amortizações do exercício	798	28 546	1 400	-	30 744
Saldo final	37 733	234 344	351 603	-	623 680
Ativos líquidos	1 907	56 567	2 800	-	61 274
2022					
	Licenças e contratos	Programas de Computador	Sítios Institucionais	Ativos Fixos Intangíveis em curso	Total
Ativos					
Saldo inicial	36 152	250 055	350 203	-	636 410
Aquisições	2 669	15 956	-	-	18 626
Saldo final	38 822	266 011	350 203	-	655 035
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	36 152	181 372	325 370	-	542 894
Amortizações do exercício	783	24 427	24 833	-	50 043
Saldo final	36 935	205 798	350 203	-	592 936
Ativos líquidos	-	60 213	-	-	62 099

As depreciações do exercício, no montante de € 30.744 (€ 50.043 em 2022), foram registadas integralmente na rubrica de gastos de depreciação e amortização.

7 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhadas conforme se segue:

Disponibilidades

	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Depósitos Bancários a Prazo	5 068	-	5 068	5 068	-	5 068
Depósitos Bancários à Ordem	2 185 403	-	2 185 403	2 676 518	-	2 676 518
Caixa	106 158	-	106 158	255 499	-	255 499
	<u>2 296 629</u>	<u>-</u>	<u>2 296 629</u>	<u>2 937 085</u>	<u>-</u>	<u>2 937 085</u>

Doadores/Filiados e outras contas a receber

	2023			2022		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Correntes:						
Doadores/Filiados	5 876 580	(5 259 109)	617 471	5 429 987	(5 186 659)	243 329
	<u>5 876 580</u>	<u>(5 259 109)</u>	<u>617 471</u>	<u>5 429 987</u>	<u>(5 186 659)</u>	<u>243 329</u>
Correntes:						
Adiantamentos a Fornecedores	5 015	-	5 015	5 057	-	5 057
	<u>5 015</u>	<u>-</u>	<u>5 015</u>	<u>5 057</u>	<u>-</u>	<u>5 057</u>
Outras contas a receber:						
Donativos	9 190	-	9 190	500	-	500
Pessoal		-	-	1 212	-	1 212
Outros devedores	56 095	(8 510)	47 585	33 634	(8 510)	25 124
EOEP (Nota 14)	103 449	-	103 449	86 962	-	86 962
	<u>168 734</u>	<u>(8 510)</u>	<u>160 224</u>	<u>122 307</u>	<u>(8 510)</u>	<u>113 797</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de € 72.450 (€ 236.655 em 2022).

Os montantes das imparidades e do valor em dívida de militantes foram ajustados, em virtude de se ter obtido um reporte informático da lista de dívidas por antiguidade de saldos. Atualmente a dívida de militantes e as perdas por imparidades cifram-se em € 5.876.580 e € 5.259.109, respetivamente.

8 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro 2022 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Rendas	9 088	5 982
Seguros	23 817	16 606
Outros custos diferidos	86 009	150 593
	<u>118 914</u>	<u>173 181</u>

Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Outros ativos financeiros” apresentava a seguinte composição: Fundo de Compensação do Trabalho.

9 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Resultados transitados

O resultado líquido da atividade corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de (€302.130), foi transferido para resultados transitados.

Para além da transferência em apreço, esta rubrica foi ainda movimentada ao longo do ano devido essencialmente ao registo de faturas relativas a períodos anteriores e correção das depreciações de anos anteriores.

Outras alterações reconhecidas no capital próprio

O PSD, no decorrer do presente exercício fiscal, continuou a desenvolver um trabalho de análise e validação dos saldos evidenciados nas suas rubricas de balanço, nomeadamente em disponibilidades (depósitos bancários) e fornecedores, sendo o seu resultado refletido nas Demonstrações Financeiras de 2023.

Em causa estão saldos contabilísticos de bancos (Gestão Corrente e Eleições), de fornecedores de Gestão Corrente e de fornecedores de eleições relativos a atos eleitorais compreendidos entre 2005 e 2022.

A reavaliação do património imobiliário do P.S.D. efetuada em 2022, apenas teve o devido reflexo nas amortizações apresentadas em 2023.

10 SUBSÍDIOS DO ESTADO

No ano fiscal de 2023 o Partido recebeu, conforme estipulado na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais), de subvenções estatais pagas pela Assembleia da República o valor total de € 5.183.459 (€ 4.666.208 em 2022) relativos à subvenção anual. Adicionalmente, a Comissão Política Regional da Região Autónoma da Madeira recebeu ainda subvenções no valor de € 1.177.290 (€ 1.189.881 em 2022) e a Comissão Política Regional da Região Autónoma dos Açores subvenções no valor de € 264.000 (€ 279.000 em 2022).

11 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 o Partido tinha os seguintes passivos contingentes:

Entidade	Período de Garantia	Valor
LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo (EDP)	Desde 17/05/1990	4.522

A garantia bancária, celebrada a favor da LTE – Eletricidade de Lisboa e Vale do Tejo (EDP), destina-se a assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas no âmbito dos contratos de aluguer e fornecimento de energia pelo Posto de Transformação instalado na Sede Nacional do PSD.

12 PASSIVOS FINANCEIROS

Categorias de passivos financeiros

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhadas conforme se segue:

Fornecedores:

	2023	2022
Correntes:		
Fornecedores - conta-corrente	1 802 719	1 472 315
Fornecedores - AL05	32 226	32 226
Fornecedores - AL09	88 684	89 375
Fornecedores - Legislativas 2011	1 618	1 618
Fornecedores - AL13	400 292	413 611
Fornecedores - Legislativas 2015	32 248	32 653
Fornecedores - Intercalares 2015	-	248
Fornecedores - Intercalares 2016	-	1 310
Fornecedores - AL17	421 485	538 244
Fornecedores - Legislativas 2019	-	1 382
Fornecedores - Intercalares 2019	30	1 433
Fornecedores - Intercalares 2020	-	315
Fornecedores - AL21	82 621	94 962
Fornecedores - Intercalares 2022	-	1 202
Fornecedores - Intercalares 2023	1 948	-
	<u>2 863 871</u>	<u>2 680 894</u>

Financiamentos obtidos:

	Entidade Financiadora	2023		2022	
		Montante Utilizado		Montante Utilizado	
		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos Bancários:					
Castelo Branco	CCAM	-	-	-	-
Lisboa AM	BCP	-	-	2 312	16 627
Lisboa AO	CCAM	-	-	2 571	5 571
Madeira	Santander	319 744	718 084	311 533	1 037 410
Portalegre	CCAM	-	-	3 659	45 353
Vila Real	CGD	3 055	-	4 295	3 051
		<u>322 799</u>	<u>718 084</u>	<u>324 371</u>	<u>1 108 012</u>

13 ADIANTAMENTOS DE DOADORES/FILIADOS, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas “Adiantamentos de Doadores/Filiados” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Adiantamentos de Doadores/Filiados	1 782	9 138
	<u>1 782</u>	<u>9 138</u>
Outras contas a pagar		
Férias, Subsídios e Encargos (i)	334 302	271 995
Pessoal	4 931	1 095
Telecomunicações	3 247	3 438
EPAL / LTE	246	150
Dívida ao Partido Popular Europeu	-	-
Dívida ao Tribunal Constitucional	28 996	15 336
Quotas por identificar	4 956	3 912
Outros	83 910	220 923
	<u>460 587</u>	<u>516 849</u>
Outras contas a pagar - Fornecedores de Investimentos	223 308	233 818
	<u>223 308</u>	<u>233 818</u>
Outras contas a pagar - AL13	1 141	1 161
	<u>1 141</u>	<u>1 161</u>

(i) Referente às responsabilidades com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais assumidas no ano de 2023, a liquidar ao pessoal em 2024.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Retenção na fonte - Prediais	-	4 716	-	4 824
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares				
Retenção na fonte - Trabalhadores dependentes	-	25 264	-	24 312
Retenção na fonte - Trabalhadores independentes	-	3 318	-	2 013
Imposto sobre o valor acrescentado (i)				
Imposto a recuperar	-	-	42 509	-
Reembolsos pedidos	103 449	-	44 453	-
Contribuições para a Segurança Social	-	47 679	-	44 677
Fundo de Compensação de Trabalho	-	402	-	379
	<u>103 449</u>	<u>81 379</u>	<u>86 962</u>	<u>76 205</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2023, os saldos devedores registados na rubrica de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) correspondem a pedidos de reembolso de imposto efetuados e por efetuar sobre despesas relacionadas com publicidade e propaganda que pretendem difundir a mensagem política ou identidade própria do Partido (Nota 7).

15 RÉDITO

O rédito reconhecido nas contas consolidadas do Partido em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Subvenção pública (Nota 10)	6 624 748	6 135 089
Outros rendimentos e ganhos (Nota 19)		
Quotas	850 191	817 290
Donativos	104 664	214 873
Contribuições de filiados	15 883	20 636
Contribuições de representantes eleitos	28 197	27 704
Angariação de fundos	9 860	4 420
	<u>7 633 543</u>	<u>7 220 012</u>

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Energia e Fluidos	120 102	105 347
Correios	18 540	20 675
Ferramentas e utensílios	8 118	6 723
Livros e documentação técnica	479	170
Artigos para oferta	18 783	46 572
Material de escritório	9 120	9 859
Material de consumíveis informáticos	5 827	12 459
Material de consumíveis reprografia	7 574	8 611
Assistência técnica	154 621	139 515
Rendas e alugueres	1 125 123	1 005 746
Comunicações	142 381	142 223
Seguros	18 125	19 340
Transportes pessoal	10 139	68 520
Transporte Material	13 901	10 502
Deslocações e estadas	732 849	519 587
Honorários	182 413	159 017
Contencioso e notariado	1 706	244
Conservação e reparação	63 934	94 036
Publicidade e propaganda	188 851	279 088
Limpeza, higiene e conforto	25 725	25 809
Vigilância e segurança	31 116	109 198
Trabalhos especializados	916 556	623 237
Jornais e revistas	6 557	5 971
Material audiovisual	10 872	4 188
Cartões de militantes	-	2 058
Boletins de militantes	-	1 396
Material de propaganda	135 184	27 164
Combustível/Lavagem/Lubrificante-Geral	146 938	131 028
Congresso JSD	-	101 906
Outros	144 207	102 965
Imputações a Campanhas Eleitorais	(7 046)	-
	<u>4 232 693</u>	<u>3 783 153</u>

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Remunerações do pessoal	2 045 320	1 747 959
Encargos sobre remunerações	421 218	363 704
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	51 885	36 004
Outros	1 190	10 291
Imputações a Campanhas Eleitorais	-	(88 420)
	<u>2 519 613</u>	<u>2 069 537</u>

18 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, é a seguinte:

	2023	2022
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	1 306 018	937 306
Ativos Intangíveis (Nota 6)	30 744	50 043
	<u>1 336 763</u>	<u>987 349</u>

19 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Proveitos da atividade corrente:		
Quotas	850 191	817 290
Donativos	104 664	214 873
Contribuições de filiados	15 883	20 636
Contribuições de representantes eleitos	28 197	27 704
Angariação de fundos	9 860	4 420
Inscrições no Congresso Nacional	79 442	95 318
Ganhos em immobilizações	2 750	15 700
Outros	88 899	67 937
Proveitos de anos anteriores	37 467	13 164
	<u>1 217 352</u>	<u>1 277 041</u>
Campanhas Eleitorais:		
Eleições Regionais	-	-
Eleições Legislativas	282 833	1 933 859
Eleições Autárquicas Locais Intercalares	733	364
	<u>283 566</u>	<u>1 934 222</u>

20 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhada como se segue:

	2023	2022
Multas e Penalidades	4 999	28 604
Perdão e isenção de quotas	19 992	34 218
Impostos e taxas	22 521	112 373
Tribunal Constitucional	18 772	15 336
Outros	183 750	349 009
	<u>250 034</u>	<u>539 540</u>
Campanhas Eleitorais:		
Eleições Legislativas	-	1 970 094
Eleições Regionais	399 112	-
Eleições Autárquicas Locais Intercalares	3 650	1 566
	<u>402 762</u>	<u>1 971 660</u>

21 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 dizem exclusivamente respeito a juros suportados relacionados com financiamentos bancários obtidos.

Os juros e outros rendimentos similares no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 dizem exclusivamente respeito a juros obtidos relacionados com depósitos em instituições de crédito.

22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

O Partido não tem conhecimento de qualquer evento subsequente com impacto nas contas consolidadas do Partido.

O SECRETÁRIO-GERAL



Hugo Soares